

# INTÉRPRETE EDUCACIONAL COMO MEDIADOR INTERMITENTE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS <sup>1</sup>

*Lídia Marques (UFPE)*

**Resumo:** Tendo em vista que o Intérprete Educacional assume um papel diretamente ligado ao ensino de alunos surdos, podendo favorecer em seu aprendizado, pesquisa-se sobre o Intérprete Educacional e o ensino inclusivo, a fim de descrever as contribuições desse profissional no que tange proporcionar aos surdos o direito à educação de qualidade, em nosso trabalho, partiremos da descrição das Leis e as funções do Intérprete de Libras para inclusão educacional dos surdos; da identificação da relação do Intérprete de Libras educacional com a escola e da análise de como as suas atribuições favorecem as condições de oferta do ensino inclusivo adequado aos surdos. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica descritiva de caráter exploratório. Para alcance dos resultados verificaram-se: A Lei de Diretrizes e Bases Brasileira (Lei 9.394/96), e a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 abordando sobre a educação dos surdos, e nos referimos aos autores Quadros (2004), Lacerda (2006; 2008), Monteiro (2019), da mesma forma os documentos: Lei de Libras (10.436/2002) e o Decreto de Lei 5.626/2005, que abordam sobre até onde pode alcançar as atribuições do Intérprete Educacional.

**Palavras-chave:** Aluno surdo; Educação de Surdos; Intérprete Educacional;

## INTRODUÇÃO

A Lei 12.319, de 1 de dezembro de 2010, confirma que escolas públicas e privadas precisam estar amparadas pelo profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais - (TILS) para viabilizar ao aluno surdo acesso aos conteúdos curriculares e promover a acessibilidade no ambiente escolar. Desta forma, podemos afirmar que o Intérprete Educacional (IE) possui um papel essencial na inclusão do aluno surdo das escolas inclusivas.

Dentro do ensino inclusivo, os alunos surdos enfrentam muitas dificuldades comunicacionais, traduzidas em barreiras que refletem diretamente em seu aprendizado. Neste artigo iremos abordar sobre a atuação do Intérprete de Libras Educacional para amenizar tais dificuldades, mediando à comunicação entre surdos e ouvintes do meio escolar.

Segundo o plano nacional da pessoa com deficiência de 2011, também chamado de Plano Viver sem limites, podemos especificar que a escola tenha que garantir um sistema educacional inclusivo. E para promover educação inclusiva para os alunos surdos é necessário

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Letras-Libras apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras. Tendo sido orientador o(a) Prof.(a): Ana Cláudia Barbosa de Lima Barros.

que as escolas estejam com um ambiente favorável de comunicação e igualdade. Quadros (2004) o Intérprete Educacional é envolvido no processo de comunicação, deste modo está sempre atuando como mediador da interação entre surdos e ouvintes no ambiente escolar.

Os Intérpretes educacionais trabalham favorecendo para que o ambiente educacional quebre barreiras enfrentadas pela comunidade surda no que diz respeito à comunicação, pois é um profissional bilíngue, que domina a Libras e a Língua Portuguesa, interpretando as atividades pedagógicas e os eventos culturais nas instituições de ensino nos níveis fundamentais, médio e superior (Lei 12.319/2010).

Esse trabalho vê o Intérprete Educacional como um profissional que acaba atuando de forma intermitente na escola, por ser proativo realizando atividades constantemente mesmo em horários paralelos a sua função, por exemplo, quando, em diferentes momentos, ajuda a disseminar no ambiente escolar, o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras), levando um pouco mais de informação sobre a comunidade Surda à escola.

Na escola inclusiva, as atribuições do Intérprete Educacional não permeiam apenas as suas obrigações em sala de aula, mas acabam abrangendo todos os espaços escolares, como o convívio entre o IE com os professores, gestores e pessoal administrativo, contribuindo para acessibilidade dos alunos. Essa atuação é condizente com a lei 12.319 que versa no art. 6º inciso IV sobre a atuação do intérprete no âmbito do ensino e repartições públicas, para que ele atue no apoiando na à acessibilidade e em todos os serviços e atividades.

Analisaremos essas atribuições do profissional IE que podem contribuir no ambiente educacional no ensino fundamental. Os pontos trazidos na pesquisa visam contribuir com novos trabalhos que buscam aprofundar sobre o papel do Intérprete Educacional no ensino inclusivo.

A saber, a necessidade de termos pesquisas voltadas para o Intérprete Educacional para conhecer e analisarmos a melhoria da educação inclusiva, por isso analisaremos a seguinte temática: Intérprete Educacional como mediador intermitente na educação de surdos.

Nesse sentido indaga-se: Quais as contribuições do Intérprete Educacional para diminuir as falhas na educação de surdos no ensino inclusivo?

Nesta perspectiva, o objetivo geral da presente pesquisa é demonstrar o papel do Intérprete Educacional frente à educação dos surdos no ensino inclusivo.

Para tanto foram delineados os seguintes objetivos específicos: Descrever as Leis e as funções do IE para inclusão educacional dos surdos; Identificar a relação do Intérprete de Libras Educacional com a escola; Analisar como as atribuições do IE favorecem para proporcionar aos surdos condições de ensino inclusivo adequado.

Parte-se da hipótese de que o IE contribui para o ensino inclusivo adequado, pois tem competência para instruir o corpo docente sobre a cultura e o ensino adaptado para surdos. Contribuindo também para inclusão em todo espaço escolar tendo em vista que o Intérprete Educacional faz parte da comunidade surda e é conhecedor das identidades e cultura surda.

Para tanto se utilizou para elaboração deste trabalho uma pesquisa com base qualitativa, apresentando leis e decretos que regem a atuação do Intérprete de Libras e que são voltados para educação de surdos trazendo uma reflexão e entendimento das atribuições do intérprete para o ensino inclusivo dos surdos, por isso trabalhos com as seguintes palavras chaves: Aluno surdo; Educação de Surdos; Intérprete Educacional.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de maneira descritiva e exploratória baseada em Quadros (2004), Lopes (2016), Lacerda (2014), Camargo (2012), Monteiro (2019), Cruz e Quadros (2011); PEREIRA (2012), e o documento da secretaria de educação do estado de Florianópolis (2016), as quais demonstram as características de um Intérprete Educacional.

Na primeira sessão realizou-se uma pesquisa documental acerca das Leis e documentos que fundamentaram as atuações do Intérprete Educacional abordando sobre seu papel ético e profissional no contexto do ensino inclusivo.

Na segunda sessão realizou-se uma pesquisa documental com a finalidade de coletar informações sobre o ensino inclusivo, explicando como funciona e como podemos perceber em documentos, livros, descrevendo as Leis, salientando a importância do Intérprete Educacional para a educação inclusiva.

Na terceira seção analisam-se os dados encontrados, as qualidades do Intérprete, alcance e limites que por ele podem ser alcançados na contribuição de um ensino mais inclusivo, destacando os pontos favoráveis e os problemas que foram encontrados.

Documentos relacionados para a elaboração desta pesquisa foram as Leis 12.319/2010 que regulamenta a profissão de tradutor intérprete da Língua de Sinais - Libras, Lei 10.436/2002 que reconhece a Libras como meio legal de comunicação, Lei 10.098/2000 que garante os direitos a acessibilidades as pessoas deficiências, o Decreto 5.626/2005 regulamenta a Lei da Libras, o Decreto 7.612/2011 que institui o plano nacional dos direitos das pessoas com deficiência. Foram selecionados trabalhos acadêmicos referente ao Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.

Parte-se da hipótese de que o Intérprete Educacional possui competência para instruir o corpo docente sobre a cultura e ensino adequado para o aprendizado do aluno surdo, pois esse profissional faz parte da comunidade surda e é conhecedor das identidades e cultura

surda. No entanto, todo corpo educacional precisa unir-se se empenhando em conhecer a cultura e língua do surdo com o objetivo de interação com os alunos surdos da escola influenciando assim positivamente no aprendizado dele.

## **1 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL**

Inicialmente vamos descrever o que diz na Lei 12.319, de 1 de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão do tradutor e Intérprete de Libras. Em seus Art. 1 e 2, a lei mostra que esse profissional surge para realizar interpretação entre 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e tem proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. Tendo habilidades para tal execução poderá atuar nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior. Esta lei aponta em seu Art. 6 que:

Art.6: – efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da LIBRAS para a língua oral e vice-versa; II – interpretar, em língua brasileira de sinais – Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III – atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

Quanto à formação do Intérprete de Libras, temos a lei nº 12.319/2010 que aponta a formação profissional em nível médio. Ainda vemos muitas instituições aplicarem esse nível de formação para contratação destes profissionais. A formação exigida passou a ser a de nível médio a parte desta Lei, devido à grande necessidade da comunidade surda, fez necessária a contratação de mais profissionais, por isso para tornar ampla a contratação de profissionais de outras áreas fez-se necessário o veto do art. 3 do decreto 5.626/2005 que exigia a formação nível superior em tradução e interpretação com habilitação em Libras – Língua Portuguesa.

Houve um retrocesso na formação exigida para atuação deste profissional passando a ser a de nível médio, pois eram poucas instituições que tinham curso na área, mas desde 2010 esse quadro vem mudando, hoje existem vários estados do Brasil com instituições que oferecem o curso superior na área de tradutor Intérprete de Libras.

Para assumir o seu papel em sala de aula, o Intérprete precisa buscar formas para tornar o ambiente educacional inclusivo fazendo com que o aluno surdo aprenda os conteúdos através da sua interpretação, não basta só ter domínio na gramática da Libras e da Língua Portuguesa, é preciso ampliar seu conhecimento cultural e social.

O Intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte Quadros (2004, p. 27).

Desta forma o IE precisa ter cuidados não só nos termos linguísticos, mas também é necessário fazer adaptações culturais e situacionais em sua interpretação. Quadros (2004) em seus estudos sobre a interpretação vêm percebendo que é preciso aprimorar a interpretação para alcançar não só o entendimento do surdo, mas a percepção cultural do seu mundo visual-espacial. Percebemos que com isso o aluno perceberá os aspectos culturais do seu mundo e promovendo o seu desempenho escolar.

No ambiente de trabalho IE poderá adaptar situações que excluem o aluno surdo, fazendo com que a aula, as atividades e as apresentações possam ganhar características particulares da cultura surda, fazendo com que os colegas de trabalho, e os alunos ouvintes passem a conhecer a cultura e língua do surdo.

O Intérprete Educacional possui o papel de interpretar da língua falada para uma Língua de Sinais e vice-versa, no entanto este profissional segundo Quadros (2004) precisa se atentar a tais preceitos éticos:

a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o Intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o Intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional Intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o Intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADROS 2004, p. 28).

Segundo Lacerda (2014, p. 34) o Intérprete Educacional precisa ter o contato constante com o professor para sugerir atividades, e adaptação nos conteúdos, e poderá dar informações ao professor dos aspectos que envolvem a surdez, e assim o professor poderá ter habilidades e melhorar seu ensino, fazendo com que o surdo adquira o conhecimento dado por ele.

Da mesma forma, o contato do professor com o IE fará com que o IE busque estar inteirado com os conteúdos e consiga interpretar da melhor forma em sala de aula. Nós temos em Pernambuco poucos estudos acadêmicos referente à atuação do Intérprete em escolas, contudo Santa Catarina tem sido um estado modelo, pois é a primeira universidade que iniciou o curso superior em Libras no Brasil, que desde 2006 capacita profissionais intérpretes de Libras, na qual já podemos encontrar várias pesquisas e documentos de referência voltados

a área, trazendo informações importantes que enriquece a esta pesquisa, Como observamos no documento publicado pelo Estado de Santa Catarina, em 2006:

[...] VII. Interpretar da Libras para o Português e vice-versa a fim de proporcionar aos estudantes surdos em sala de aula o acesso ao conhecimento. VIII. Atuar na construção dos conhecimentos em sala de aula mediando em Libras a interação dos estudantes com o professor regente. IX. Empregar diferentes estratégias tradutórias e interpretativas com vistas à melhor compreensão por parte do estudante surdo. X. Acompanhar e interpretar as aulas respeitando a sequência didática proposta pelo professor regente, sem antecipar conclusões ou respostas. XI. Motivar a interação entre professores, estudantes surdos, estudantes ouvintes e demais participantes da unidade educativa. XII. Contribuir na orientação aos professores, aos estudantes ouvintes e aos demais participantes da unidade educativa em relação aos aspectos específicos da surdez e da Língua de Sinais. XIII. Favorecer os processos de aquisição e de aprendizado da Libras de forma contextualizada no decorrer das atividades pedagógicas. XIV. Ser modelo linguístico para aquisição e desenvolvimento da linguagem, tanto da Libras quanto do Português escrito. XV. Estimular e intermediar a comunicação entre estudantes surdos no contexto educativo, quando for o caso. XVI. Colaborar com o estudante surdo no desenvolvimento das atividades pedagógicas, contribuindo com o aprendizado da execução da tarefa com vistas à sua autonomia. XVII. Estimular a autoconfiança e independência dos estudantes surdos [...]. (FLORIANÓPOLIS, 2016b, p.6-7)

Como podemos observar, o Intérprete Educacional precisa ter formação aprofundada. Monteiro (2019, p. 48) destaca que as competências deste profissional devem ser gramaticais, sociolinguísticas, discursivas e estratégicas no ato da interpretação.

As atribuições do Intérprete Educacional alcançam para além do que se propõe sua atuação, porque sendo este possuidor do conhecimento da Língua de Sinais e cultura surda, acaba contribuindo para melhorar a educação do surdo no meio escolar. O intérprete poderá motivar o aluno, através de atitudes, quebrando barreiras comunicacionais, tais vivências como o contato com professores, gestores e demais funcionários educacionais possibilita o contato com a Língua de Sinais, sua prática e aprendizagem.

### **1.1 O ensino inclusivo na educação de surdo**

A educação de surdos passou por vários processos e descobertas que foram aos poucos tornando mais claro como seria melhor caminho para sua concretização, até chegarmos ao ensino inclusivo os alunos surdos não tinham maior desenvolvimento educacional, tendo em vista que o meio educacional direciona na independência e autonomia do sujeito para vida profissional, eram poucos que chegavam a realizar um curso de nível superior.

À medida que o sistema educacional começou a ter uma nova visão para educação do surdo, percebendo o quanto os alunos precisavam da Libras - língua brasileira de sinais, o governo Brasileiro reconheceu ela como meio legal de comunicação e expressão sendo ela língua natural da comunidade surda, como abordaremos mais a seguir e as leis que garantem aos alunos surdos educação em Libras.

Antes da educação inclusiva os surdos passaram por um período que eram considerados incapazes de aprender, e por não ouvirem, eram forçados a se comunicarem oralmente, neste período o método educacional usado era o oralismo, os surdos eram forçados a praticar a audição e a fala, proibindo assim a Língua de Sinais em todo mundo em 1880, vendo que os surdos não conseguiram progredir, surgiu a filosofia que os surdos deveriam aprender de todas as formas possíveis, iniciando na década de 1960 o período da comunicação total, onde era permitida prática educativas através da língua oral e de sinais. Lopes (2016, p. 58).

Na busca pelo reconhecimento da Língua de Sinais ocorreram os movimentos promovidos pela comunidade surda, reivindicando educação inclusiva mais adequada, também que a Língua de Sinais seja língua de instrução aplicada na educação das crianças surdas, iniciando assim a luta pela educação bilíngue e até hoje há uma luta muito grande para maior ampliação do ensino bilíngue, pois sendo a aula toda em Libras a necessidades de professores bilíngues, e existem poucos profissionais, e por isso, no momento existem maior aplicação de escolas inclusivas por todo Brasil.

Podemos afirmar que cada processo passado pela comunidade surda no meio educacional serviu para percepção ideal de ensino ao aluno Surdo, o ensino inclusivo é um progresso para a educação dos alunos surdos. Porque hoje eles podem aprender de forma eficiente através de métodos inclusivos como a inserção do Intérprete de Libras, adaptação da aula com imagens e vídeos em Libras, materiais escolares inclusivos como jogos e ferramentas computacionais, atividades educacionais envolvendo assuntos da cultura e sobre a identidade do surdo, etc, ou seja, com a educação inclusiva os alunos surdos tiveram o seu aprendizado de forma adequada atendendo sua necessidade educacional.

No entanto, a educação de surdos segue com falhas e ainda há passos a serem aplicados para uma educação mais inclusiva. Sobre isto Lacerda (2014) afirma que:

Assim a escola que os surdos precisam, defendida no Decreto nº 5.626 e a escola real oferecida aos surdos, ainda são bastante diferente. Apesar do diálogo estabelecido entre os pesquisadores e o município, a experiência de educação focalizada ainda reflete os princípios de uma educação inclusiva, compreendidos apenas como a inclusão de surdos na rede regular, que é

pensada e se organizada para alunos ouvintes. esse é o grandes obstáculos do processo inclusivo dos surdos na educação. (LACERDA 2014, p 27)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de (1996) em seu artigo 4º faz saber da obrigatoriedade do acesso ao ensino fundamental gratuito nas escolas públicas, viabilizando o seu direito escolar no ensino Fundamental e Médio a todos, e em demais níveis de ensino, garantindo Atendimento Educacional Especializado - AEE aos alunos com deficiência, estudante da rede pública de ensino. Com a LDB a educação de surdos ganha forças, e começa a construir bases para o ensino de qualidade favorecendo o aprendizado do aluno surdo.

No que se refere à obrigatoriedade em promover a acessibilidade comunicacional temos também desde 2000 a lei 10.098 que para todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em seu inciso d): afirma que devam ser construídos formas para quebrar as barreiras comunicacionais que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens. Ou seja, isto indica que os intérpretes quanto profissionais educacionais devem ter estratégias de acordo com as situações fazendo com que os alunos estejam envolvidos em todas as interações escolares, quebrando assim quaisquer barreiras comunicacionais.

Em uma educação de ensino inclusivo voltado para pessoas surdas faz-se necessário assumir as diferenças de aprendizado entre surdos e ouvintes, que envolve aspectos sociolinguísticos Monteiro (2019, p. 31), a Língua de Sinais como sendo a principal forma de aprendizado, onde o surdo conseguiria adquirir o conhecimento.

Assim, a autora defende que os surdos recebam o ensino em Libras nos anos iniciais, fazendo-se necessário a contratação de professores bilíngues nos anos iniciais da criança, para ministrarem a aula em Libras e que a criança possa aprender primeiramente sua língua materna.

Desta forma é importante que o surdo tenha o ensino da sua língua materna, para chegar ao ensino fundamental e ter por direito caso opte por ir para uma escola inclusiva à presença do Intérprete Educacional em sala de aula, o aluno passe a entender os conteúdos mediados para a sua língua, para tanto é necessário que seja alfabetizado na Libras. Lopes (2016) afirma que:

Considerando que a aquisição da linguagem é um processo evolutivo, no qual as crianças constroem hipóteses e fazem organizações discursivas, a responsabilidade da escola é marcante, indicando que aqueles que atuam neste espaço precisam realizar ações que favoreçam o desenvolvimento da linguagem da criança de forma ampla. Desse modo, cabe atuar no ambiente escolar já que a língua/linguagem se desenvolve no fluxo das interações. No caso dos alunos surdos o contato com essa língua/linguagem – e em muitos

contextos educacionais, fundamentalmente, da presença do Intérprete de Libras, para mediar relações dialógicas entre interlocutores de línguas diferentes. (LOPES 2016, p. 7).

Através do que foi dito pelo autor podemos perceber que todo corpo escolar influencia na motivação deste aluno ajudando em seu empenho escolar, dando apoio educacional e interagindo com o aluno surdo conhecendo seus aspectos culturais e podendo aprender a Língua de Sinais.

É necessário referir-se sobre a criança surda que, na maioria das vezes, chega à escola sem conhecimento da sua língua, a Libras, e acaba recebendo o primeiro contato com a Língua de Sinais quando chega na escola, por nascerem de pais ouvintes e não receberem esse contato inicial da língua no meio familiar. A escola inclusiva deve contornar e reverter os impactos que isso pode trazer a esse aluno, da melhor forma possível. Nesse aspecto, muitos pesquisadores como Quadros (2004); Cruz e Quadros (2011); Lacerda (2014); Monteiro (2019); PEREIRA et al. (2012). Abordam a importância de que nos anos iniciais em sala de aula a língua de instrução para surdos deva ser a Libras refletindo diretamente em seu desenvolvimento em seu desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Lacerda (2014, p. 5): Vygotsky (1989) atribui fundamental valor à linguagem, vista então como instância de significação na relação do homem com o outro homem, consigo mesmo e com a cultura, seu papel na construção dos sujeitos, das relações sociais e das relações pedagógicas.

Para o amparo e disseminação da Libras, língua oficial da comunidade surda, considerando um meio primordial de ensino aprendizagem, temos a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, considerada “Lei de Libras”, regulamentada pelo decreto 5,626 de 2005, assegurando a Libras - Língua Brasileira de Sinais reconhecida como meio comunicação e expressão, formalizando sua estrutura linguística visual motora.

Podemos considerar que esta lei fortaleceu a atuação dos Intérpretes de Libras, ganhando força a contratação destes profissionais nas instituições públicas e privadas para o cumprimento da lei. Igualmente o decreto 5.626 de 2005 que estabelece em seu art. 17 a formação do tradutor Intérprete de Libras – Língua Portuguesa, como dito anteriormente neste artigo.

## **1.2 Atribuições do Intérprete Educacional no ensino inclusivo**

A terminologia “Intérprete Educacional” tem sido fonte de pesquisas, envolvendo o Intérprete de Libras que atua em sala de aula, a atuação acaba sendo diferenciado dos intérpretes que trabalham em outro espaço, pois o trabalho deste profissional em escola acaba sendo viabiliza o aprendizado do aluno surdo, desta forma ele precisa ter habilidades pedagógicas precisando sempre estabelecer uma parceria com os professores e demais funcionários escolares, sempre trabalhando em conjunto para tornar o ambiente escolar inclusivo para os surdos.

O que podemos perceber é que em outras áreas o Intérprete de Libras não tem esta preocupação que o Intérprete Educacional tem envolve o ensino-aprendizagem, neste tópico do artigo, iremos abordar um pouco mais sobre essas atribuições, que levam as atuais atribuições do Intérprete Educacional de hoje. Camargo (2012) afirma que:

A definição e proposição da palavra Intérprete de Libras para Intérprete Educacional propõem em si uma distinção clara entre a área de atuação do Intérprete, um Intérprete Educacional necessitaria ter além da competência linguística, um conhecimento da área pedagógica uma vez em que está inserido no contexto ensino aprendizagem. (CAMARGO 2012, P. 88)

Quando se está na profissão interpretando em sala de aula, precisa manter a todo tempo um papel educativo, observar o aluno surdo, e perceber aspectos que vão lhe indicar se o aluno estiver compreendendo, se está com dificuldades com a sua interpretação ou a forma como o professor está explicando. O profissional Intérprete Educacional precisará mudar estratégias de interpretação, como também pedir ao professor que explique da melhor forma o conteúdo.

O intérprete de educacional deve ter competência linguística na Língua Portuguesa e na Libras, tendo conhecimento amplo nas duas línguas, sabendo as diferenças de cada uma, tendo em vista que a Língua Portuguesa possui a modalidade oral/auditiva e a Libras visual/motora, cada uma tem suas gramáticas próprias e distintas. O Intérprete Educacional não só terá amplo conhecimento gramatical e linguístico, mas situacional, discursivo e semiolinguística, sendo importante o conhecimento de ambas as culturas, a dos surdos e as dos ouvintes.

Segundo Girke (2018, p. 51) “O TILS Educacional também precisa estar atento a outras questões da sala de aula para promover a inclusão do aluno surdo na comunicação e no espaço escolar”. Como conhecedor da cultura e do perfil do aluno surdo que estará em sala, o Intérprete Educacional dará orientação aos colegas de trabalho para tornar o ambiente

inclusivo, impedindo situações que desmotiva o aluno em seu aprendizado, assim o aluno terá sempre momentos que favorecem diretamente no seu desenvolvimento escolar.

Segundo Albres e Rodrigues (2018, p. 31 e 32), no contexto educacional inclusivo e bilíngue, o intérprete tem uma contribuição de auxiliar a comunicação entre a pessoa surda e o aluno em cada espaço escolar.

Face ao exposto, fica evidente a necessidade de uma atuação envolvida na dinâmica da escola e para além da sala de aula, a qual precisa estar fundamentada em princípios de educação inclusiva. As crianças surdas, atendidas por diferentes profissionais, têm no IE o articulador, o agente que contribui com os outros profissionais e com o desenvolvimento da criança para a promoção de uma educação inclusiva e bilíngue (ALBRES e RODRIGUES 2018, p. 31 e 32).

Frente ao ambiente inclusivo onde os alunos surdos acabam recebendo oportunidade de interação comunicacional, onde toda equipe pedagógica trabalha junto dentro do ambiente inclusivo, temos ciência de que tudo se inicia com o auxílio do Intérprete Educacional, que além de fazer a mediação da comunicação, pode orientar os professores e demais profissionais da unidade da escola.

Como podes observar no documento da secretaria municipal de educação de Santa Catarina, por ser um dos estados pioneiros na ampliação da Libras e dos profissionais intérpretes de Libras, traz experiências na prática no documento postado no diário oficial de Florianópolis sobre a importância da atuação do IE:

XI. Motivar a interação entre professores, estudantes surdos, estudantes ouvintes e demais participantes da unidade educativa. XII. Contribuir na orientação aos professores, aos estudantes ouvintes e aos demais participantes da unidade educativa em relação aos aspectos específicos da surdez e da Língua de Sinais. FLORIANÓPOLIS, (2016b, p.6-7).

Albres e Rodrigues (2018, p. 31 e 32) explicam que a inclusão do espaço escolar inclusivo-bilíngue depende do envolvimento de todos os atores do contexto educacional e de uma transformação de metodologias, concepções, perspectivas e práticas educativas. Confirmando o quanto que o IE acaba realizando várias atividades proativas contribuindo mais para educação inclusiva.

Segundo Tuxi (2009), o Intérprete atua em diversas funções, acrescentando o papel de co-construtor de conhecimento para o aluno surdo, tem momentos em que o Intérprete para a interpretação da aula e inicia a explicação direcionada exclusivamente para o surdo. Atua também no processo de

comunicação, realizando trocas verbais entre surdos e ouvintes, interpretando entre duas línguas, permitindo as interações entre os mesmos. Também está ligado como instrumento de inclusão/exclusão, onde o aluno surdo é incluído no processo de discussão e resolução de dúvidas na sala de aula, a partir da atuação do Intérprete.

A escola inclusiva ainda está em processo de mudanças e organização para assegurar o decreto 5.626/2005. É preciso a contribuição de todos para que o surdo tenha uma educação inclusiva de qualidade.

## **2 METODOLOGIA**

Realizamos para elaboração deste trabalho uma pesquisa bibliográfica, deste modo optamos por realizar o método descritivo exploratória para tanto a abordagem utilizada foi qualitativa, nesse sentido priorizamos em fazer os levantamentos bibliográficos e documental.

Em princípio, realizamos uma busca de materiais educacionais e documentos teóricos sobre o Intérprete Educacional, então posteriormente foram elaborados os fichamentos a partir dos materiais encontrados, documentos, livros e artigos entre 2015 a 2022.

Logo, buscou-se encontrar documentos, Leis para dar embasamento institucional conforme a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o referido assunto, em virtude de destacar as questões no âmbito legal. Observamos informações que pudéssemos confrontar a hipótese com a finalidade de dar um novo olhar para a resposta do problema, isto é, contribuindo assim caso obtemos outra possível resposta para resolução do problema de pesquisa.

Vale ressaltar que a construção desta pesquisa foi para induzir maiores estudos sobre o tema, pois existem poucos estudos, desta forma não tivemos a intenção de através da elaboração desta pesquisa trazer uma possível resposta para o problema, mas questionar e levar ao aprofundamento das observações levantadas neste trabalho.

São características de uma pesquisa básica estratégica, os estudos que levam a novos conhecimentos onde a hipótese leva a ampliação da teoria ou ao encontro de uma nova hipótese, onde necessariamente não leva a solução para o problema, conforme ensina Gil (2010, p.27).

A pesquisa descritiva restringe-se a constatar o que já existe DUARTE e FURTADO (2014, p.26), por tanto esse trabalho procura-se conhecer o tema e suas características descrevendo conforme os pontos encontrados.

### **3 ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Abordaremos aqui os pontos principais que foram encontrados nas pesquisas bibliográficas que teve como tema central o Intérprete Educacional e suas atribuições para o ensino na educação de surdos. Então iremos fazer as relações entre as sessões, analisando e trazendo uma possível resposta para o problema de pesquisa.

#### **3.1 Análises das contribuições do Intérprete Educacional**

No início realizou-se um levantamento bibliográfico constando-se que algumas das contribuições do Intérprete Educacional são:

- Realizar a interpretação da Língua Portuguesa para a Libras e vice-versa para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes no meio escolar;
- Considerar em suas interpretações aspectos sociais e culturais da língua alvo;
- Fazer uso em suas interpretações de estruturas lexicais, semânticas e pragmáticas corretas da língua alvo;
- Manter sempre contato com o professor com o intuito de fazer com que o professor conheça aspecto pertencente à educação de surdos e consiga adaptar suas atividades e seus materiais de ensino. Esse contato entre Intérprete e professor, fará também com que o Intérprete conheça antecipadamente os assuntos da aula e consiga melhor estrutura sua interpretação para o entendimento do surdo;
- Orientar as unidades acadêmicas sobre o surdo e sobre característica pertencentes à comunidade surda;
- Estimular a autoconfiança e a independência do aluno surdo.
- Favorecer ao ensino inclusivo, servindo como modelo linguístico para os alunos surdos, ajudando aos surdos entenderem os aspectos culturais e linguísticos de sua comunidade, estimulando o aprendizado do aluno e o motivando à participação em sala de aula.

#### **3.2 Análises sobre o ensino inclusivo na educação de surdo**

A educação inclusiva recebe os alunos surdos com a proposta de oferecer inclusão educacional, ou seja, direciona o aluno ao conhecimento e a vida social, educando-o para a sua autonomia e independência. A educação inclusiva reconhece a Libras como língua de uso

apropriado para ensinar os assuntos educacionais para os alunos surdos.

Foi observado que as escolas inclusivas não são preparadas para receber o aluno surdo, e que as escolas regulares são organizadas pensando na educação de alunos ouvintes, pois foi apontado que há um despreparo dos profissionais educacionais, tendo em vista que os aspectos culturais e linguísticos dos surdos são pouco conhecidos por esses profissionais.

Uma questão bastante importante exposta na sessão é que os alunos que não sabem Libras acabam estando em uma escola inclusiva, e tendo o primeiro contato com Libras sua língua natural tardiamente através do contato com o Intérprete de Libras. Então a pesquisa trouxe pontos que levam a falar sobre a importância da Libras na aquisição do pensamento e para a formação natural do desenvolvimento cognitivo da criança surda.

Constatar-se a necessidade de se ter profissionais que desenvolva de forma ampla a linguagem da criança surda, destacando na educação inclusiva o profissional Intérprete de Libras, profissional formado proficiente nos aspectos sociolinguísticos, gramaticais, discursivas e estratégicas na Língua Portuguesa e na Libras, como também se entende que nos anos iniciais a criança surda precisa receber as aulas em Libras. Assim como os ouvintes recebem aula na sua língua, ou seja, em Língua Portuguesa.

Uma das maiores barreiras enfrentadas pelos surdos na educação inclusiva é a barreira comunicacional, no entanto apontamos neste artigo Leis que determina que o surdo tenha acessibilidade comunicacional garantindo que o surdo consiga ser entendido em suas expressões e tenha acesso ao que é dito no ambiente por ele frequentado.

No meio educacional identificou-se que o ensino inclusivo precisa dar devida assistência ao surdo, sendo necessário que a escola reconheça a diferença de aprendizado deste aluno que faz uso da Libras na aquisição do conhecimento e possui uma forma de aprendizado diferente do aluno ouvinte, por isso é necessário a adaptação de materiais, pois para os surdos os olhos é o canal que recebe a informação e as mãos o canal utilizado para expressar a comunicação.

### **3.3 Uma reflexão sobre as atribuições do Intérprete para educação inclusiva**

Existem pontos que devem ser considerados para o ensino voltado às crianças surdas, que foram destacados neste artigo. Esses pontos poderão afetar a educação desses alunos e é necessário que se aprofunde melhor nos temas para construir melhor a educação inclusiva, quem sabe podemos construir uma nova forma de inclusão.

Em primeiro ponto, identificam-se crianças surdas que não aprenderam a Libras, que

não tiveram contato no ambiente com sua família, e que acabam estando na escola inclusiva. O segundo ponto é o despreparo dos professores ao receber o aluno surdo, não sabendo que a forma de ensino é diferente do aluno ouvinte, preparando suas aulas sem nenhuma adaptação, só pensando em seus alunos ouvintes. O terceiro ponto identificado é que na educação inclusiva faz-se necessária atuação de todo corpo educacional envolvido para além da sala de aula, ou seja, as unidades educativas com mais conhecimento sobre a cultura e a Língua de Sinais Brasileira.

A partir desses pontos que envolvem a educação inclusiva analisemos agora habilidades que compõem a atuação do Intérprete de Libras Educacional, nos quais são: acompanhar o aluno mediando à comunicação pensando no melhor entendimento do aluno surdo, considerando em suas interpretações aspectos sociais e culturais da língua alvo; fazer escolhas das estruturas lexicais, semânticas e pragmáticas adequadas da língua alvo; orientar o professor nas adaptações de materiais didáticos que ajudem na compreensão do conteúdo; contribuição de orientação do corpo escolar da caracterização sociais e linguísticas que envolvem a comunidade surda.

O conhecimento do profissional Intérprete de Libras poderá contribuir em certos pontos para proporcionar ambiente inclusivo educacional de ensino para surdos, primeiro que o contato deste profissional com o professor traz benefícios significativos, o formato de aula do professor conta muito para o aprendizado do aluno que percebe tudo a sua volta e constrói o entendimento através da visão, por não ter acesso à audição, como também este estudante que não se expressa oralmente mas por comunicação manuais.

No entanto, este profissional tem a função de mediar à comunicação em sala, principalmente passar o que é ensinado pelo professor para o aluno de forma correta, seus conhecimentos podem sim, esclarecer, orientar e até dar o apoio adequado aos professores e demais profissionais da unidade escolar em situações e vivências junto ao aluno surdo. Mas, entende-se que os Intérpretes educacionais são profissionais que se ocupam em suas atividades em sala de aula precisando estar preparados para interpretar e este preparo não acontece no período da aula, claramente a grande ocupação deste profissional é disponibilizada ao atendimento em sala, para os alunos que já têm aquisição da sua língua materna. Para aqueles alunos que chegam à escola inclusiva sem saber Libras, o Intérprete fará adaptações em sua interpretação, mas até que ponto esse profissional será suficiente na educação inclusiva, quais os procedimentos a serem feitos?

A discussão observada nos pontos trazidos é o limite de atuação do Intérprete Educacional mediante a necessidade de organizar melhor a educação inclusiva para o ensino

inclusivo. Consideramos a necessidade de AEE, Instrutores de Libras e salas bilíngues.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No início do trabalho partiu-se da ideia de que o Intérprete Educacional não permeia apenas das suas obrigações em sala de aula, mas acaba abrangendo todos os espaços escolares, colaborando assim para educação do surdo nas escolas inclusivas. No entanto, após a pesquisa constata-se que a atuação do Intérprete Educacional não poderia ser tratada como único passo a ser dado para melhorar a educação de surdos, mas que é necessário o empenho dos demais colaboradores da unidade escolar.

Desse modo, mesmo que a contribuição do Intérprete Educacional tenha valor e potencial considerado funcional, percebeu-se o risco que os alunos surdos poderiam sofrer, caso a equipe pedagógica estivesse incompleta ou não fizessem a sua parte no meio acadêmico inclusivo. Isto significa que se o professor, ou o coordenador e outro colaborador educacional não apoiar a causa de inclusão do aluno surdo, e não realizar estratégias inclusivas para surdos no ambiente escolar, a escola não estaria adequada e o aluno sofreria defasagem educacional

Considerando que é importante ter um olhar consciente para todos os alunos surdos e principalmente um olhar diferenciado para aqueles que não tivessem aquisição na Língua de Sinais, não deixando o papel de alfabetizar essa criança ao Intérprete de Libras, pois não é função do mesmo. Sabendo que desta forma não é dada a devida atenção para a inclusão deste aluno.

No projeto, estabeleceu-se como objetivo geral demonstrar o papel do Intérprete Educacional frente a educação inclusiva dos alunos surdos. Percebeu-se que tal meta foi atingida tendo em vista que foi apontado na pesquisa, pontos importantes que fazem com que a atuação do Intérprete seja necessária para o ensino inclusivo na escola. Destacando-se ações de contribuição na mediação linguística de forma adequada com habilidades gramaticais, sociolinguística e discursivas. E contribuições de direcionar o ensino mais inclusivo de orientação aos demais colaboradores da unidade escolar.

O objetivo específico inicial era descrever as Leis e as funções do Intérprete de Libras para inclusão educacional dos surdos e foi atendida essa meta por serem citações das Leis 12.319 de 2010, que regulamenta a profissão do Intérprete, Lei 10.436/2002, o decreto 5.626 de 2005 e demais documentos que abordam sobre o Intérprete de Libras, e sobre a educação dos surdos: LDB de 1996; Lei 10.098; Quadros (2004); Cruz e Quadros (2011); Quadros

(2004); Cruz e Quadros (2011); assim também alcançamos o segundo objetivo específico de descrever o ensino inclusivo na educação de surdos.

O terceiro objetivo específico era analisar as contribuições do IE para o ensino inclusivo, e atingimos este objetivo específico pontuando os dados encontrados na primeira e na segunda seção para levar ao ponto de vista sobre as possibilidades e limites deste profissional.

Diante destes objetivos estabeleceu-se a hipótese de que o Intérprete de Libras Educacional contribui para o ensino inclusivo adequado, pois tem competências para instruir o corpo docente sobre a cultura e o ensino adaptado para surdos, portanto percebeu-se que a hipótese foi confirmada na medida que foi atestado que esse profissional construiu em sua formação conhecimentos das características sociais da comunidade surda, tais como habilidades sociolinguística, situacionais e linguísticas.

A pesquisa parte da seguinte pergunta: Quais as atribuições do Intérprete Educacional para diminuir as falhas na educação de surdos no ensino inclusivo? Então, após a coleta de dados e análise das informações, conclui-se que as contribuições realmente favorecem a diminuição da exclusão dos alunos surdos nas escolas regulares, mas constatou-se que nas escolas também é necessário o empenho dos demais profissionais do ensino inclusivo.

Esse trabalho foi feito através de pesquisas bibliográficas, aplicando o método hipotético dedutivo, tendo uma abordagem qualitativa voltados para os dados documentais e etnográficos. Partimos para seguir este modelo de pesquisar por termos um prazo reduzido do tempo de entrega, cientes de que seria um trabalho básico, servindo como uma pesquisa introdutória com necessidades de aprofundamento posteriormente.

O assunto abordado é nitidamente algo recorrente vivenciado nos modelos de ensino atuais nas escolas regulares por isso a relevância de aprofundamento do tema. Recomendamos aos leitores deste artigo que seja visto com olhar vislumbrando o ato do Intérprete Educacional nas escolas regulares.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, N. D. A, SANTIAGO, V. D. A. A. (2012). **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: FENEIS. Disponível em: [https://Libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/2012-04-ALBRES-e-SANTIAGO\\_LIBRAS\\_-\\_trad\\_int.pdf](https://Libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/2012-04-ALBRES-e-SANTIAGO_LIBRAS_-_trad_int.pdf). Acesso em: 23 maio 2022.

ALBRES, N. D. A, Rodrigues C. H. (2012). **As funções do Intérprete Educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais**. UFSC, Florianópolis, Disponível em: file:///C:/Users/PROFESSOR/Downloads/download%20ARTIGO%20ASSUNTO%20TCC.pdf Acesso em: 23 out. 2022.

ARAÚJO, Claudia C. M, LACERDA, C. B. F. **Esferas De Atividade Simbólica E A Construção De Conhecimento Pela Criança Surda 1** Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, 2008 Disponível em:C:\Documents and Settings\saepe (scielo.br) Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano viver sem limite. Disponível em: Decreto nº 7612 (planalto.gov.br) Acesso em: 4 de agosto de 2022.

BRASIL. Lei 12.319, de 01 setembro de 2010. Regulamenta a Profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: L12319 (planalto.gov.br). Acesso em: 9 de abril de 2022

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acesso em: 23 de maio de 2022

\_\_\_\_\_. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022,19%20de%20dezembro%20de%202000](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022,19%20de%20dezembro%20de%202000). Acesso em: 23 de out. de 2022

\_\_\_\_\_. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e Dá outras Providências. Disponível em: Libras em estudo: tradução/interpretação 70 < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm)> Acesso em: 23 de out. de 2022

\_\_\_\_\_. Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000.. Disponível em:D5296 (planalto.gov.br) Acesso em: 23 de maio de 2022

FREITAS, Thayane Nascimento; DE ARAÚJO, NÁDIA FERNANDA MARTINS; DO NASCIMENTO, JUSCELINO FRANCISCO. A LEI 14.191/2021 E O DECRETO 10.502/2020: Projeçõesna Educaçãode Surdos. **REIN-REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, v. 6, n. 1, p. 66-76, 2021. Disponível em: Vista do A LEI 14.191/2021 E O DECRETO 10.502/2020: PROJEÇÕES NA EDUCAÇÃO DE SURDOS (uepb.edu.br) Acesso em: 05 de maio de 2022

FLORIANÓPOLIS. Portaria nº. 122, de 14 de julho de 2016b. Estabelece diretrizes da Política de Educação Especial da Rede Municipal de Ensino. Disponível em: 25\_08\_2016\_10.48.44.5b1ffb8a61e252ca2ea91ed43dab8cb2.pdf (pmf.sc.gov.br). Acesso em: 22maio 2022.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2014.

CAMARGO, Ana C. S. **Concurso Público Para Intérprete Educacional: Saberes Determinados Para Os Candidatos - Conjuntura Nacional 1.** In: ALBRES, N. D. A,

SANTIAGO, V. D. A. A. **Libras em estudo: tradução/interpretação.** São Paulo: FENEIS, 2012, p. 75-108.

Monteiro, Maria D. **Qualificação profissional e o exame de proficiência do tradutor-Intérprete de Libras.** Recife: Babeco, 2019.

Pereira, M. C. C et al. **Libras: conhecimento além dos sinais.** São Paulo: PEARSON, 2011.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e Língua Portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília :MEC ; SEESP, 2004.

TUXI, Patrícia. **A atuação do Intérprete Educacional no ensino fundamental.** 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.  
[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4397/1/2009\\_PatriciaTuxi.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4397/1/2009_PatriciaTuxi.pdf)